

Superior Tribunal de Justiça

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.401 - DF (2019/0237692-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : PBFRANCHISING LTDA
REQUERENTE : PB FOODS PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
REQUERENTE : L C C F N
REQUERENTE : E F F B
ADVOGADOS : ERIC FURTADO FERREIRA BORGES E OUTRO(S) -
DF018597
THIAGO DINIZ SEIXAS E OUTRO(S) - DF019345
REQUERIDO : D F N DE O
ADVOGADO : FREDERICO DO VALLE ABREU E OUTRO(S) - DF017522

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INCIDENTAL. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. ART. 995, § ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. PEDIDO INDEFERIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência incidental formulado por PBFRANCHISING LTDA E OUTROS visando à suspensão do acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FRANQUIA. REVELIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. INADIMPLENTO CONTRATUAL. VÍCIO DE INFORMAÇÃO NA CIRCULAR DE OFERTA. PROVA DA INFRAÇÃO CONTRATUAL PELA FRANQUEADORA. RESOLUÇÃO DO CONTRATO. APLICAÇÃO DA PENALIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA QUANTO À FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS.

1. Demonstrado o desinteresse superveniente da branqueada em prosseguir na exploração do negócio e não previsto no contrato a restituição da taxa de franquia, inviável se revela sua devolução ou mesmo a reparação de danos materiais ou morais, posto que não configurados. A unidade da franquia funcionou por cerca de seis meses e a resolução do contrato ocorreu por vício de informação na Circular de Oferta, que, embora não tenha representado prejuízo patrimonial, por si só, é suficiente para a resolução do contrato.

Superior Tribunal de Justiça

2. *Correta a sentença que julgou parcialmente procedente o pedido dos autores, considerando que o prévio registro da marca é condição essencial e indispensável para a execução do contrato de franquia, nos termos do art. 3º, inciso XIII, da Lei 8.955/94.*

3. *A fixação da verba honorária com amparo no art. 85, § 2º do CPC, deve ser arbitrada sob o valor da condenação, levando em consideração o caso concreto.*

4. *Recurso das requeridas improvido, recurso do autor parcialmente provido.*

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Na presente petição, os requerentes sustentam, em síntese, que (a) há grande probabilidade de êxito do recurso especial, pois houve "*má aferição do disposto no art. 229 do CPC*", já que "*há patente violação aos princípios da Ampla Defesa e do Contraditório, pois o reconhecimento, pela douta 7ª Turma Cível, do error in procedendo da decisão que decretou a revelia, revela o inequívoco prejuízo sofrido pelos recorrentes a exigir a nulidade da sentença, na medida que a parte foi ilegalmente impedida de produzir as provas necessárias ao deslinde da controvérsia*"; (b) houve cerceamento de defesa, uma vez que os recorrentes foram impossibilitados de produzir provas; (c) o acórdão recorrido desconsiderou que (i) "*o simples depósito da marca autoriza, não só o seu licenciamento, mas também a sua proteção judicial e extrajudicial perante atos de terceiros*", e (ii) é desnecessário o registro prévio da marca para a execução do contrato de franquia; (d) o Tribunal de origem rescindiu o contrato, apesar da ausência de prejuízo decorrente da suposta omissão; (e) "*o periculum in mora resta caracterizado pela gravíssima insegurança jurídica que os combatidos acórdãos estão trazendo à empresa recorrente PBFranchising, titular dos direitos sobre a marca registrada Panelinhas do Brasil, bem como a seus muitos franqueados*"; e (f) além disso, "*no cumprimento provisório de sentença fora determinada a penhora de 30% do faturamento da empresa, que deverá ser cumprida diretamente nos estabelecimentos franqueados, o que traz evidente prejuízo financeiro e moral, já que não há no país empresa que disponha deste percentual de sua receita*

Superior Tribunal de Justiça

bruta sem cessar suas atividades, além de que envolver as unidades franqueadas na contenda, sem trânsito em julgado da decisão questionada, abalará gravemente a imagem da marca Panelinhas do Brasil".

É o relatório.

Passo a decidir.

O pedido deve ser indeferido.

Sobre a concessão de tutela de urgência, dispõem os arts. 300 e 995, parágrafo único, do Código de Processo Civil o seguinte:

***Art. 300.** A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.*

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

***Art. 995.** Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.*

***Parágrafo único.** A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.*

Como se percebe, a tutela provisória de urgência é cabível apenas em situações excepcionais para atribuir efeito suspensivo ou para antecipar a tutela em recursos ou ações originárias quando houver a satisfação **simultânea** de dois requisitos: (a) a probabilidade de provimento do recurso e (b) a possibilidade de risco de dano grave ou de difícil ou impossível reparação.

Analisadas as razões articuladas no presente pedido, bem como no recurso especial, observa-se, no juízo perfunctório que é próprio do presente momento, o não preenchimento cumulativo dos requisitos autorizadores.

Superior Tribunal de Justiça

Apesar do esforço argumentativo, não restou demonstrada a alta probabilidade de provimento do recurso especial.

No tocante ao argumento de que (a) houve violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório e (b) a revelia foi erroneamente decretada pelo juízo de 1º grau, o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de infirmar os fundamentos do acórdão recorrido.

Realmente, o art. 229 do CPC limita-se a dizer que *"Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento"*.

Contudo, o Tribunal de origem assentou que *"embora reconhecido o error in procedendo em relação a decretação da revelia, essa circunstância por si só não acarreta a nulidade da sentença, haja vista que, no caso dos autos, os réus foram intimados de todos os atos processuais e o juiz analisou cuidadosamente as peças de defesa e os documentos apresentados pelos réus"*.

Como se vê, o dispositivo apontado como violado, a princípio, sequer ampararia a tese recursal, dando azo à aplicação, por analogia, da Súmula 284 do STF (*"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*).

No tocante ao argumento de que houve cerceamento de defesa, uma vez que os recorrentes foram impossibilitados de produzir provas, o Tribunal de origem, além de expressamente afirmar que não se operou os efeitos materiais da revelia, atestou que (a) *"foi respeitado o contraditório, mesmo diante da decretação da revelia, intimando-se os réus de todos os atos processuais, com a inclusão dos nomes dos advogados nas pautas publicadas e, inclusive, com o deferimento da tramitação do feito em segredo de justiça, a pedido da ré PB FRANCHISING LTDA"*; (b) *"as nuances fáticas estavam exaustivamente comprovadas pelos documentos anexados ao feito"*; (c) *"os requeridos produziram as provas documentais que entendiam indispensáveis ao deslinde da ação"*; e (d) *"eventual produção de prova oral era plenamente*

Superior Tribunal de Justiça

dispensável".

Assim, a princípio, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a concluir que não houve cerceamento de defesa.

Além disso, sendo o nosso sistema processual civil orientado pelo princípio da persuasão racional, ao magistrado é permitido formar a sua convicção em qualquer elemento de prova disponível nos autos, bastando para tanto que indique na decisão os motivos que lhe formaram o convencimento, como aparenta ser o caso:

O julgamento do feito no estado em que se encontrava não trouxe prejuízo nem para o autor, nem para os réus, pois a prova constante dos autos, exclusivamente documental, mostrou-se suficiente para o deslinde da demanda, porquanto não se vislumbra a possibilidade de reversão das conclusões a que chegou o julgador, por meio de uma perícia ou de um depoimento que viesse a contrapor os elementos de convicção da prova documental.

Quanto à apontada violação aos arts. 130 e 139 da Lei 9.279/96 e 3º, XIII, da Lei 8.955/94, os próprios recorrentes sustentam que *"o ponto central relativo à matéria de direito no presente recurso versa sobre a necessidade de prévio registro da marca para a execução do contrato de franquia"*.

Ocorre que, conforme relatado pelo Tribunal de origem, para fundamentar o pedido de resolução contratual, os autores alegaram, dentre outras causas de pedir, *"a falta de transparência nas informações contratuais e veiculação de informação falsa na COF"*.

Sobre o ponto, o acórdão recorrido disse o seguinte:

*O juízo a quo considerou, com acerto, a existência do registro da marca em nome de terceiro como o único motivo que justifica o acolhimento do pedido de resolução contratual, pois enseja **vício de informação da Circular de Oferta de Franquia**, notadamente pelo seu viés preventivo de evitar celeumas futuras envolvendo a utilização da marca "Panelinhas do Brasil".*
(...)

Admitir-se-ia a possibilidade de se franquear a

marca, sem o registro definitivo concedido pelo INPI, se tal informação constasse expressa, tanto na Circular de Oferta (COF), quanto no próprio contrato de franquia, de forma que o contratante tivesse pleno conhecimento dos riscos assumidos. Não é o caso desse contrato de franquia.

Pelo que se infere dos seguintes excertos, o Tribunal de origem admitiria a franquia da marca em questão, ainda que o empresário não tenha o registro definitivo concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, desde que tal situação constasse expressamente tanto na circular de oferta, quanto no contrato de franquia.

Contudo, o recurso especial, salvo melhor juízo, não se preocupou em refutar especificamente esse fundamento, atraindo à espécie o óbice da Súmula 283/STF.

Por fim, a princípio, não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido acerca da norma inserta no art. 174 do CC, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 211/STJ.

Com relação ao risco de dano grave ou de difícil reparação, os requerentes sustentaram, em síntese, que (a) o entendimento adotado pelo Tribunal de origem causa "*gravíssima insegurança jurídica*"; e (b) "*no cumprimento provisório de sentença fora determinada a penhora de 30% do faturamento da empresa*".

O segundo requisito para a concessão de efeito suspensivo também não se encontra atendido.

Com se sabe, o cumprimento provisório do julgado impugnado por recurso desprovido de efeito suspensivo é previsto no ordenamento jurídico e é instaurado por conta e risco do exequente.

Assim, ausente a demonstração de algum fato ou circunstância concreta além do mero exercício desse direito, o pedido não merece amparo.

Ademais, em razão do caráter provisório do título executivo judicial, compete à parte executada requerer, se for o caso, medidas de contracautela perante o juízo de origem.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

